Valor Econômico
Publicado em 16/09/2024 - 05:58

Na política de revisão de gastos públicos, área econômica avalia mudar seguro-desemprego

Contas públicas Equipe econômica estuda reduzir pagamento para demitidos com indenização mais alta e cobrar mais de setores com maior rotatividade

Revisão de gastos pode alterar regras do seguro-desemprego

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Alexandre Manoel: "Uma reforma nas despesas obrigatórias que dê consistência ao arcabouço fiscal é fundamental"

Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Com o mercado de trabalho aquecido e o desemprego em baixa, a área econômica do governo estuda formas de corrigir o que é visto por alguns especialistas como proteção duplicada ao trabalhador demitido sem justa causa: o seguro-desemprego e a multa indenizatória de 40% sobre depósitos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Uma das ideias em análise é fazer com que o número de parcelas do seguro-desemprego varie conforme o valor da multa indenizatória. Quanto mais alta a multa, menos o trabalhador recebe de seguro. Haveria uma compensação entre os valores. Esse desenho não prevê alteração na multa do FGTS.

Há também propostas para melhorar o financiamento do seguro-desemprego. O benefício é pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que tem como fonte de receitas uma parcela da arrecadação do PIS/Cofins. Discute-se a possibilidade de cobrar mais dos setores com maior rotatividade de trabalhadores, pois esses demandam mais seguro-desemprego. A diferenciação de alíquotas consta da Constituição, mas até hoje não foi regulamentada.

As ideias estão em estágio preliminar e não foram apresentadas ainda ao Ministério do Trabalho e Emprego. Precisam ser aperfeiçoadas em discussões com essa e outras áreas do governo, além de passar pelo crivo político dos ministros envolvidos e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, não é possível saber por ora se serão concretizadas em propostas.

São discussões que fazem parte do trabalho de revisão de gastos, com o qual o governo pretende desacelerar o avanço das despesas obrigatórias para garantir a sustentabilidade do arcabouço fiscal.

A revisão é composta por três frentes: o pente-fino em benefícios sociais, a modernização das regras automáticas de correção de verbas para áreas específicas e a reformulação de políticas públicas.

As mudanças em programas de governo, por sua vez, têm por objetivo trazer economia de recursos, além de corrigir problemas e melhorar a produtividade.

Para especialistas, os debates em curso no governo para fortalecer a revisão de gastos caminham na direção correta. Porém, há dúvidas sobre a implementação das medidas, que são impopulares.

"Encaminhar uma reforma nas despesas obrigatórias, a exemplo de alterações no Benefício de Prestação Continuada, abono salarial ou no seguro-desemprego, que dê consistência ao arcabouço fiscal é fundamental para que o governo recupere a credibilidade fiscal, que tem diminuído desde o começo deste ano", avalia o economista-chefe da AZ Quest, Alexandre Manoel. Na sua visão, desde o início da gestão, o governo tem "deixado a desejar" no gerenciamento das expectativas dos agentes econômicos.

"Uma reforma e consolidação dos benefícios poderiam ter um impacto positivo na perspectiva fiscal de médio e longo prazo, podendo contribuir para acelerar o ajuste", diz a economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória. "O desenho atual mostra que o crescimento mais forte da economia tem resultado em aceleração dos gastos, dificultando o ajuste."

Sem entrar nos detalhes das ideias em debate no governo, o coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público da Fundação Getulio Vargas, Manoel Pires, comentou que muitos dos temas trazidos à mesa já foram debatidos anteriormente. "A questão não é formular, mas sim abrir essa agenda dentro do governo", disse. "Isso não aconteceu ainda."

Em linha com a observação de Pires, comenta-se nos bastidores do governo sobre as resistências dos ministérios à revisão de gastos. O principal desafio da equipe econômica é "vender" a ideia para as demais pastas da Esplanada, reconhece um de seus integrantes.

O professor Alberto Handfas, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), vê "exagero" nos esforços do governo para cortar gastos em programas sociais. "Não acho que isso vá resolver o problema do aperto fiscal", comenta. Na sua visão, outras despesas poderiam ser atacadas antes, como os salários do Judiciário e dos militares de alta patente, além dos gastos com juros.

> "A questão não é formular, mas sim abrir essa agenda dentro do governo" *Manoel Pires*

O governo já gastou R$ 52,3 bilhões com o seguro-desemprego no acumulado de 12 meses até julho deste ano, em valores atualizados pela inflação. Dados do Ministério do Trabalho mostram que o mercado de trabalho aquecido não fez reduzir a quantidade de requerentes do benefício.

"A evolução das despesas com o seguro-desemprego acumula um crescimento acima da inflação de 7,5% neste ano, um contraste em relação ao cenário mais robusto do mercado de trabalho, que alcança recordes de ocupação e geração de vagas formais", observa Rafaela. "Esse contraste mostra que o desenho do programa não está apropriado para as condições cíclicas da economia, além de impor um elevado custo *fiscal, dificultando o ajuste tão* necessário nas contas públicas."

Ela aponta para a duplicidade de instrumentos de apoio ao trabalhador, como a multa do FGTS e o seguro-desemprego. "Acaba gerando mais incentivos para rotatividade do que para uma maior estabilidade no emprego." Essa sobreposição também foi detectada pelo governo. Um técnico explicou que o padrão internacional é ter um ou outro instrumento de apoio, mas não os dois simultaneamente, como ocorre no Brasil.

Para receber o seguro-desemprego, o beneficiário precisa ter trabalhado com carteira assinada pelo menos 12 meses nos últimos 18 meses anteriores à data da demissão, quando é a primeira entrada no benefício. O prazo cai de 12 para 9 meses nos casos em que é a segunda vez que o pedido é feito. Depois, cai para seis meses.

A quantidade de parcelas recebidas varia de três a cinco meses, a depender da quantidade de meses trabalhados. No caso da multa do FGTS, ela é paga aos trabalhadores celetistas demitidos sem justa causa.

A multa corresponde a 40% do saldo total quando não há acordo, e de 20% quando há acordo.

Técnicos do governo avaliam que, em momentos de economia aquecida, muitos trabalhadores "cavam" demissão para receber a multa do FGTS e o seguro-desemprego, porque têm relativa segurança de que vão conseguir se recolocar rapidamente, quando essa poupança acabar.

"Se sou demitido, consigo acionar o seguro-desemprego, tenho a multa do FGTS, consigo sacar o FGTS, tenho direito ao aviso prévio, tenho as férias acumuladas, tenho mais um terço das férias. Ou seja, saio com um pacote indenizatório mais uma renda garantida pelo seguro-desemprego. Há evidências de que isso gera um comportamento dos trabalhadores de cavar demissão. E estimula a rotatividade", explicou uma fonte.

Por isso surgiu a ideia de o número de parcelas do seguro-desemprego ser líquido da multa. Essa mudança pode gerar tanto economia fiscal quanto reduzir a rotatividade, segundo técnicos da equipe econômica.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.